



Prova Específica da Superintendência de Seguros Privados: 24 de junho de 2009.

1. Nas operações de “SWAP” (instrumentos financeiros), o diferencial a receber ou a pagar deve ser registrado na adequada conta de ativo ou passivo, apropriando-se como receita ou despesa por ocasião dos balancetes mensais, no mínimo. Relativamente ao assunto acima, assinale a opção INCORRETA.

- a) O valor de referência das operações de “SWAP” deve ser registrado em contas de compensação.
- b) O registro do resultado apurado nas operações de “SWAP” deve ser realizado individualmente, sendo vedada a compensação de receitas com despesas em contratos distintos.
- c) O registro do resultado apurado nas operações de “SWAP” deve ser realizado individualmente, sendo permitida a compensação de receitas com despesas em contratos distintos.
- d) Na apuração do resultado mensal, deve ser realizada a compensação de receitas com despesas anteriormente registradas, desde que dentro do próprio semestre e relativas a um mesmo contrato.

2. A respeito do tratamento contábil e financeiro do DPVAT, assinale a opção INCORRETA.

- a) Para efeito do registro contábil, o DPVAT será tratado como cosseguro.
- b) Para efeito de registro contábil, o DPVAT será tratado como seguro.
- c) O registro contábil das receitas e despesas deverá ser efetivado pelo valor bruto na seguradora líder, a qual também efetuará toda a movimentação financeira da operação do DPVAT.
- d) O registro dos repasses de receita e das recuperações de despesas transferidos às seguradoras consorciadas deverá ser efetivado em contas retificadoras correspondentes.

3. Com base na constituição da provisão para riscos sobre créditos, assinale a opção INCORRETA.

- a) A provisão para riscos sobre créditos deve ser constituída com base em estudo técnico que leve em consideração, entre outros fatores, o histórico de perdas e os riscos de inadimplência.
- b) A provisão para riscos sobre créditos deve ser efetuada em relação aos créditos a receber de qualquer natureza e origem.
- c) As sociedades autorizadas a funcionar pela SUSEP que não tiverem elaborado estudo técnico para apurar a provisão para riscos sobre créditos deverão constituir provisão quando o período de inadimplência superar 90 dias da data do vencimento do crédito.
- d) No caso de prêmios a receber, a provisão deve ser constituída levando em consideração a totalidade dos valores a receber de um mesmo devedor e, portanto, a provisão deve incluir todos os valores devidos pelo mesmo devedor, independentemente de incluírem valores a vencer.

4. A diminuição do valor dos elementos dos ativos imobilizado e intangível será registrada periodicamente:

- a) em contas de depreciação, amortização ou exaustão.
- b) na conta de ajuste de avaliação patrimonial.
- c) na conta de perdas de ativos imobilizados e intangíveis.
- d) diretamente na conta que sofreu a diminuição de valor.



Prova Específica da Superintendência de Seguros Privados: 24 de junho de 2009.

5. O art. 193 da Lei n.º 6.404/76 trata da constituição da Reserva Legal. Com relação a esse assunto, assinale a opção CORRETA.

- a) A companhia não poderá deixar de constituir a Reserva Legal em nenhuma circunstância.
- b) A Reserva Legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos ou aumentar capital.
- c) A Reserva Legal será revertida no exercício em que o seu montante exceder a 20% do capital social.
- d) O estatuto deve fixar os critérios para determinar a parcela anual dos lucros líquidos que serão destinados à constituição da Reserva Legal.

6. A classificação de um arrendamento mercantil como financeiro ou operacional depende da essência da transação e, não, da forma do contrato, de acordo com a NBC T 10.2. As opções abaixo apresentam tipos de situações que individualmente ou em conjunto levariam normalmente a que um arrendamento mercantil fosse classificado como financeiro, EXCETO:

- a) o arrendamento mercantil transfere a propriedade do ativo para o arrendatário no início do prazo do arrendamento mercantil.
- b) o arrendatário tem a opção de comprar o ativo por um preço que se espera seja suficientemente mais baixo do que o valor justo à data em que a opção se torne exercível de forma que, no início do arrendamento mercantil, seja razoavelmente certo que a opção será exercida.
- c) o prazo do arrendamento mercantil refere-se à maior parte da vida econômica do ativo mesmo que a propriedade não seja transferida.
- d) no início do arrendamento mercantil, o valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento mercantil totaliza substancialmente todo o valor justo do ativo arrendado.

7. A NBC T 19.18 tem por objetivo orientar os auditores independentes na emissão de parecer sobre as primeiras demonstrações contábeis elaboradas pelas entidades de acordo com as novas práticas contábeis adotadas no Brasil. Considerando este assunto, assinale a opção que apresenta um tema não previsto no referido Comunicado Técnico.

- a) Comparabilidade das demonstrações contábeis entre os exercícios.
- b) Obrigatoriedade da apresentação das demonstrações do fluxo de caixa e do valor adicionado referentes ao exercício anterior encerrado.
- c) Concessões especiais conferidas pela NBC T 19.18, para não-reapresentação das cifras referentes ao exercício anterior, para fins de comparação.
- d) Ajustes nas demonstrações contábeis do exercício anterior, apresentados para fins de comparação, nos casos em que houve mudança de auditor no exercício atual.

8. Uma seguradora apresentou suas demonstrações contábeis relativas ao exercício de 2008, nas quais aparecem as seguintes informações:

	R\$
Patrimônio líquido contábil.....	3.000.000
Intangível – Marcas e Patentes.....	50.000



Prova Específica da Superintendência de Seguros Privados: 24 de junho de 2009.

Despesas antecipadas relacionadas a resseguros.....	20.000
Imóveis – Apartamentos.....	1.400.000
Receita bruta de prêmios emitidos nos últimos 12 meses.....	12.500.000
Abatimentos concedidos sobre as receitas.....	500.000
Sinistros retidos nos últimos 36 meses.....	18.000.000
Créditos tributários oriundos de prejuízos fiscais.....	100.000

Com base nos valores acima, calcule e indique a opção que apresenta resposta **INCORRETA**.

- a) O patrimônio líquido ajustado é de R\$ 2.850.000.
- b) A margem de solvência é de R\$ 870.000.
- c) A insuficiência de margem de solvência é de R\$ 3.090.000.
- d) O limite de margem de solvência é de R\$ 435.000.

9. A Resolução CFC n.º 1.110/07, que aprova a NBC T 19.10 que trata da redução ao valor recuperável de ativos, define o valor de uso de um ativo como sendo o valor presente de fluxos de caixa futuros estimados que deva resultar do uso de um ativo ou de uma unidade geradora de caixa. Considerando este assunto, NÃO deve ser refletida(o) no cálculo do valor em uso de um ativo:

- a) a estimativa dos fluxos de caixa futuros que a entidade espera obter com esse ativo.
- b) o valor a ser obtido pela venda desse ativo ou unidade geradora de caixa.
- c) a expectativa sobre possíveis variações no montante ou período dos fluxos de caixa futuros.
- d) o valor do dinheiro no tempo, representado pela atual taxa de juros livre de risco.

10. Com base na Resolução CFC n.º 1.143/08 – NBC T 19.4, assinale a opção INCORRETA.

- a) Enquanto não atendidos aos requisitos para reconhecimento no resultado, a contrapartida da subvenção governamental registrada no ativo deve ser em conta específica do passivo.
- b) O recebimento da subvenção é prova conclusiva de que as condições a ela vinculadas foram ou serão cumpridas.
- c) Uma subvenção governamental na forma de compensação de gastos ou perdas já incorridas ou para finalidade de dar suporte financeiro imediato à entidade sem qualquer despesa futura relacionada deve ser reconhecida como receita do período em que se tornar recebível.
- d) A política contábil adotada para as subvenções governamentais, incluindo os métodos de apresentação adotados nas demonstrações contábeis, deve ser divulgada.

11. A Resolução CFC n.º 1.142/08, que aprova a NBC T 19.14, tem por objetivo estabelecer o tratamento contábil aplicável ao reconhecimento, à mensuração e à divulgação dos custos de transação incorridos no processo de captação de recursos. Com relação a esse assunto, assinale a opção INCORRETA.

- a) Os custos de transação, enquanto não captados os recursos a que se referem, devem ser apropriados e mantidos em conta transitória e específica do ativo como pagamento antecipado.



Prova Específica da Superintendência de Seguros Privados: 24 de junho de 2009.

- b) Os custos de transação são considerados como encargos financeiros.
- c) Os custos de transação devem ser apropriados ao resultado pelo método linear em função da fluência do prazo do contrato.
- d) Para efeito de apresentação no balanço patrimonial, os custos de captação não amortizados deverão aparecer como conta redutora do passivo correspondente.

12. No primeiro dia do exercício social, a Seguradora MK contraiu um empréstimo de R\$ 1.000.000 com taxa de juros anuais de 10%, pelo prazo de 5 anos. Nessa operação, os custos de captação e para contratação importaram em R\$ 48.000. A Seguradora MK deverá efetuar o seguinte registro contábil da transação:

a)	D – Bancos	1.000.000
	C – Empréstimos	1.000.000
	D – Encargos Financeiros	48.000
	C – Bancos	48.000
b)	D – Bancos	952.000
	C – Empréstimos	1.000.000
	D – Encargos Financeiros a Amortizar (Redutora do Passivo)	48.000
c)	D – Bancos	952.000
	D – Despesas Financeiras Antecipadas (Ativo)	48.000
	C – Empréstimos	1.000.000
d)	D – Bancos	952.000
	D – Despesas Financeiras (Resultado)	48.000
	C – Empréstimos	1.000.000

13. A Resolução CFC n.º 1.138/08, que aprova a NBC T 3.7, trata da elaboração da Demonstração do Valor Adicionado e recomenda a sua elaboração por atividade. As opções abaixo apresentam situações que devem ser consideradas na elaboração da DVA nas atividades de seguro e previdência, EXCETO:

- a) os sinistros retidos e as despesas com benefícios e resgates, que representam o total das indenizações líquidas a serem pagas aos segurados, devem ser deduzidas das receitas.
- b) os sinistros retidos e as despesas com benefícios e resgates, que representam o total das indenizações líquidas a serem pagas aos segurados, podem ser deduzidas das receitas.
- c) receitas com operações de seguro inclui as receitas com venda de apólices e de operações de cosseguro aceitas, já líquidas dos prêmios restituídos ou cancelados.
- d) a parcela dos prêmios que a seguradora repassa para outras seguradoras e a parcela de sinistros que a seguradora recebe das resseguradoras, com a intenção de dividir as responsabilidades para diminuir os riscos deve ser tratada como valor adicionado recebido ou cedido em transferência.

14. A expressão “práticas contábeis adotadas no Brasil”, abrange, EXCETO:

- a) a legislação societária brasileira.



Prova Específica da Superintendência de Seguros Privados: 24 de junho de 2009.

- b) os pronunciamentos emitidos pelo CPC quando homologados pelos órgãos reguladores.
- c) os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo CPC.
- d) as práticas adotadas pelas entidades em assuntos não regulados, desde que atendam à NBC T 1 Estrutura Conceitual para Elaboração e Apresentação das Demonstrações Contábeis emitida pelo CFC.

15. A Circular SUSEP n.º 380/08 estabelece controles internos específicos com o objetivo de prevenir e combater os crimes de “lavagem” de dinheiro ou ocultação de bens, direitos e valores. Sujeitam-se ao cumprimento das normas estabelecidas nessa circular as seguintes entidades, EXCETO:

- a) sociedades seguradoras e de capitalização.
- b) resseguradores locais e admitidos.
- c) entidades fechadas de previdência complementar.
- d) sociedades corretoras de resseguro.

16.A Circular SUSEP n.º 380/08 exige das sociedades, das resseguradoras e dos corretores a implementação de controles internos efetivos e consistentes com a natureza, complexidade e risco das operações realizadas. Os procedimentos de controles internos devem contemplar, no mínimo, as seguintes situações, EXCETO:

- a) estabelecimento de uma política de prevenção e combate à lavagem de dinheiro e ao financiamento ao terrorismo, que inclua diretrizes sobre avaliação de riscos na subscrição de operações, na contratação de terceiros ou outras partes relacionadas, no desenvolvimento de produtos, nas negociações privadas e nas operações com ativos.
- b) elaboração de critérios e implementação de procedimentos de identificação de clientes, beneficiários, terceiros e outras partes relacionadas, e de manutenção de registros referentes a produtos e procedimentos expostos ao risco de servirem à lavagem de dinheiro e ao financiamento ao terrorismo.
- c) manualização e implementação dos procedimentos de identificação, monitoramento, e comunicação de operações que possam constituir-se em indícios de lavagem de dinheiro ou de financiamento ao terrorismo, ou com eles se relacionar.
- d) plano de contas específico para segregar os registros das operações com pessoas politicamente expostas e relacionadas com “lavagem” de dinheiro.

17.A Lei n.º 9.613/98, que trata sobre os crimes de “lavagem” de dinheiro ou ocultação de bens, direitos e valores, dispõe no inciso II do art. 11 sobre a comunicação dessas operações. Em relação ao disposto nos arts. 14 e 15 da Circular SUSEP n.º 380/08, sobre as referidas comunicações, assinale a opção INCORRETA.

- a) Devem mencionar a participação ou o envolvimento de pessoa politicamente exposta, se couber.
- b) Devem mencionar o corretor intermediário da operação, quando aplicável.
- c) Devem ser realizadas por meio do sítio do COAF, mediante ciência dada aos envolvidos na operação.
- d) As comunicações feitas pelas sociedades, na forma negativa, deverão ser realizadas por meio do sítio da SUSEP.



Prova Específica da Superintendência de Seguros Privados: 24 de junho de 2009.

18. De acordo com o previsto na Circular SUSEP n.º 379/08, registram-se as receitas e despesas no período em que elas ocorrem, observado o regime de competência. Para os mercados de previdência complementar aberta e de capitalização, as receitas decorrentes de contribuições e a constituição das competentes provisões técnicas devem ser registradas quando do recebimento das contribuições, EXCETO:

- a) quando se tratar de título de capitalização a pagamento único (PU), pré-impresso e com valor fixo definido destinado à comercialização em massa, que deverá ser registrado na emissão, em contrapartida com o grupo de "operações com títulos de capitalização", cancelando-se os títulos não comercializados no final do período de comercialização.
- b) quando se tratar de título comercializado em instituições parceiras comerciais, em que o intervalo de tempo entre a data do efetivo pagamento pelo subscritor / titular e o respectivo ingresso do recurso financeiro na Sociedade de Capitalização seja superior a 1 (um) dia.
- c) quando o risco de cobertura contratual for definido no certificado e, portanto, a apólice não representar o risco, a contabilização pela vigência da cobertura deverá obedecer ao prazo definido no certificado, nesse caso, os registros obrigatórios de emissão também deverão registrar cada certificado individualmente.
- d) quando for definido outro critério de registro, atendendo às determinações da administração da sociedade supervisionada, nos casos de contabilização centralizada.

19. A Circular SUSEP n.º 379/08, em seu anexo I, item 30, determina a aplicação integral das disposições e critérios estabelecidos para a elaboração da Demonstração do Fluxo de Caixa, todavia, estabelece certas disposições complementares que deverão ser observadas. De acordo com esse assunto, assinale o que NÃO deve ser observado para as sociedades do mercado supervisionado pela SUSEP.

- a) Para ser considerado equivalente a caixa, um investimento deve ter na data de aquisição prazo de vencimento igual ou inferior a noventa dias.
- b) Investimentos em instrumentos de capital não são considerados equivalentes de caixa, a menos que, em essência, preencham os requisitos previstos no CPC 03.
- c) A elaboração do fluxo de caixa será pelo método direto.
- d) Apresentar uma reconciliação entre o lucro líquido e o fluxo de caixa líquido das atividades operacionais.

20. A Circular SUSEP n.º 365/08 estabelece normas para a elaboração, a operação e a comercialização de títulos de capitalização. Considerando este assunto, assinale a opção INCORRETA.

- a) Os títulos de capitalização serão estruturados, para efeito de comercialização, conforme uma das seguintes modalidades: tradicional; compra-programada, popular; e incentivo.
- b) As sociedades de capitalização não poderão comercializar, após 31 de março de 2009, os títulos já aprovados que não atendam ao disposto nessa Circular.
- c) Relativamente à forma de custeio, os títulos de capitalização poderão ser do tipo: pagamentos programados (PP); pagamentos anuais (PA); e pagamento único (PU).
- d) Aos títulos de capitalização nas modalidades "popular" e "incentivo" é vedada a previsão de bônus.



Prova Específica da Superintendência de Seguros Privados: 24 de junho de 2009.

21.A Resolução CNSP n.º 118/04 trata da constituição do Comitê de Auditoria nas sociedades supervisionadas e das condições adequadas ao seu funcionamento. A respeito desse assunto, assinale a opção CORRETA.

- a) O Comitê de Auditoria é um órgão não estatutário composto de, no mínimo, três integrantes, observado o prazo máximo de 5 (cinco) anos de atuação dos membros, entre os quais pelo menos 1 (um) tenha conhecimentos de contabilidade e auditoria.
- b) Devem constituir o Comitê de Auditoria as sociedades seguradoras que tenham apresentado no encerramento dos dois últimos exercícios sociais, no mínimo, Patrimônio Líquido Ajustado (PLA) igual ou superior a R\$ 700.000,00.
- c) Devem constituir o Comitê de Auditoria as sociedades seguradoras que tenham apresentado no encerramento dos dois últimos exercícios sociais, no mínimo, uma das condições abaixo: Patrimônio Líquido Ajustado (PLA) superior a R\$ 700.000,00 e Provisões Técnicas em montante igual a R\$ 500.000,00.
- d) Recomendar à administração da sociedade seguradora a entidade a ser contratada para a prestação dos serviços de auditoria independente, bem como a substituição do prestador desses serviços, caso considere necessário.

22.A Resolução CNSP n.º 193/08, que altera a Resolução CNSP n.º 118/04, dispõe sobre a prestação de serviços de auditoria independente para as sociedades seguradoras, de capitalização, resseguradoras locais e entidades abertas de previdência complementar e sobre a criação do Comitê de Auditoria. Com base nesse assunto, assinale a opção INCORRETA.

- a) As sociedades supervisionadas devem substituir o responsável técnico, o diretor, o gerente, o supervisor e qualquer outro integrante, com função de gerência, da equipe envolvida nos trabalhos de auditoria, após emitidos pareceres relativos a, no máximo, cinco exercícios sociais completos.
- b) As sociedades supervisionadas devem substituir o auditor independente contratado, no máximo, após emitidos pareceres relativos a cinco exercícios sociais completos.
- c) Para fins de contagem do prazo (cinco exercícios sociais completos), serão considerados pareceres relativos a exercícios sociais completos, ou seja, referentes às demonstrações encerradas na data base de 31 de dezembro.
- d) Sempre que houver substituição do responsável técnico, do diretor, do gerente, do supervisor e de qualquer outro integrante, com função de gerência, da equipe envolvida nos trabalhos de auditoria antes do prazo estabelecido (cinco exercícios sociais completos), o fato deverá ser comunicado à SUSEP, em até 15 dias, por meio de exposição formalmente elaborada pela sociedade supervisionada, justificando as razões de tal mudança.

23.Assinale a opção INCORRETA.

- a) As sociedades seguradoras que apresentarem patrimônio líquido abaixo do valor do passivo não operacional deverão apresentar à SUSEP um plano de recuperação.
- b) O patrimônio líquido das sociedades seguradoras não poderá ser inferior ao valor do prêmio não operacional e por afetar a solvência; a não-observância dessa condição não se enquadra como infração continuada.



Prova Específica da Superintendência de Seguros Privados: 24 de junho de 2009.

- c) A insuficiência de patrimônio líquido ajustado das sociedades seguradoras deverá ser calculada por meio da diferença entre o valor do patrimônio líquido ajustado e o maior dos valores entre a margem de solvência e o capital mínimo requerido.
- d) A sociedade seguradora precisa apresentar a SUSEP - Plano Corretivo de Solvência (PCS) sempre que apresentar patrimônio líquido inferior ao ativo.

24. As Resoluções CNSP n.º 162/06 e n.º 195/08 instituem regras e procedimentos para constituição de provisões técnicas das sociedades seguradoras, entidades abertas de previdência complementar e sociedades de capitalização. De acordo com esse assunto, assinale a opção INCORRETA.

- a) Para cada provisão técnica a entidade supervisionada, deverá ser mantida nota técnica atuarial à disposição da SUSEP, elaborada pelo atuário responsável técnico.
- b) Na constituição das provisões técnicas, as sociedades seguradoras não poderão deduzir a parcela do prêmio ou da contribuição transferida a terceiros, nem a parcela do sinistro ou do benefício recuperável de terceiros em operações de resseguro.
- c) Na constituição das provisões técnicas, as sociedades seguradoras poderão deduzir a parcela do prêmio ou da contribuição transferida a terceiros e a parcela do sinistro ou do benefício recuperável de terceiros em operações de resseguro.
- d) A Provisão para Sinistros a Liquidar (PSL) deve ser constituída para cobertura dos valores esperados a pagar, relativos a sinistros avisados, até a data base do cálculo de acordo com a responsabilidade da sociedade seguradora, obedecidos aos critérios na Resolução CNSP n.º 162/08.

25. O objetivo da NBC T 19.10 – Redução ao Valor Recuperável de Ativos é definir procedimentos visando assegurar que os ativos não estejam registrados contabilmente por um valor superior àquele passível de ser recuperado por uso ou venda. Entre os conceitos utilizados no CPC 01, assinale a opção que apresenta uma definição INCORRETA.

- a) Valor líquido de venda é o valor a ser obtido pela venda de um ativo ou de uma unidade geradora de caixa em transações em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, menos as despesas estimadas de venda.
- b) Valor depreciável, amortizável e exaurível é a alocação sistemática do valor depreciável, amortizável e exaurível de ativos durante sua vida útil.
- c) Valor recuperável de um ativo ou de uma unidade geradora de caixa é o maior valor entre o valor líquido de venda de um ativo e seu valor em uso.
- d) Valor contábil é o valor pelo qual um ativo está reconhecido no balanço depois da dedução de toda respectiva depreciação, amortização ou exaustão acumulada e provisão para perdas.

26. A NBC T 19.10 define que nos casos em que existam evidências claras de que os ativos relevantes estão avaliados por valor não recuperável no futuro, a entidade deverá imediatamente reconhecer a desvalorização por meio da constituição de provisão para perdas. A respeito desse assunto, assinale a opção INCORRETA.

- a) A norma é de caráter geral e se aplica a todos os ativos relacionados às atividades industriais, comerciais, agropecuárias, minerais, financeiras, de serviços e outras.
- b) A norma estende-se aos ativos dos balanços utilizados para equivalência patrimonial e consolidação total



Prova Específica da Superintendência de Seguros Privados: 24 de junho de 2009.

ou proporcional.

- c) A norma aplica-se também a ativos que são registrados pelo valor reavaliado.
- d) A norma também define quando a entidade deve reverter referidas perdas e quais divulgações são necessárias.

27. Um imóvel contabilizado demonstra um valor contábil superior ao seu valor recuperável ou de venda. Esta circunstância exige o reconhecimento de uma redução, determinada pela NBC T 19.10. A contrapartida da provisão para redução ao valor recuperável deve ser contabilizada a débito:

- a) de ajuste de avaliação patrimonial.
- b) de conta específica do imobilizado que sofreu a redução.
- c) do resultado do exercício, exceto o ativo que tenha sido reavaliado.
- d) do patrimônio líquido.

28. A NBC T 7 trata do reconhecimento dos efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis. Portanto, devem ser adotadas na contabilização de transações e saldos em moeda estrangeira, relativamente ao reconhecimento de dividendos recebidos do exterior, EXCETO:

- a) os dividendos de investimentos no exterior reconhecidos pelo método de equivalência patrimonial devem ser registrados como redução da conta de investimento pelo valor recebido em moeda estrangeira convertido em reais à taxa de câmbio vigente na data do recebimento.
- b) se os dividendos foram registrados antes do recebimento, por declaração de dividendo pela entidade no exterior, a taxa de câmbio será, inicialmente, a da data do registro, com as atualizações periódicas necessárias até o seu recebimento reconhecidas na conta relativa ao valor a receber utilizada e na conta de variação cambial no resultado do exercício.
- c) se o registro do dividendo se der antes do recebimento, por declaração de dividendo pela entidade no exterior, a taxa de câmbio será, inicialmente, a da data do registro, com atualizações periódicas necessárias até o seu recebimento, reconhecidas tão somente na conta relativa ao valor a receber utilizada e na conta de equivalência patrimonial.
- d) os dividendos de investimentos no exterior reconhecidos pelo método de custo devem ser registrados como receita pelo valor recebido em moeda estrangeira convertido para reais à taxa de câmbio vigente na data do recebimento.

29. De acordo com a NBC T 7, uma transação em moeda estrangeira deve ser contabilizada, no seu reconhecimento inicial, na moeda funcional, aplicando-se à importância em moeda estrangeira, à taxa de câmbio à vista entre a moeda funcional e a moeda estrangeira. Na data do balanço, os valores são convertidos conforme as opções abaixo, EXCETO os:

- a) itens monetários em moeda estrangeira devem ser convertidos usando-se a taxa de fechamento.
- b) itens não monetários que são mensurados ao custo histórico em uma moeda estrangeira devem ser convertidos usando-se a taxa cambial da data da transação.
- c) itens não monetários que são mensurados ao seu valor justo em uma moeda estrangeira devem ser convertidos usando-se as taxas cambiais da data em que o valor justo for determinado.



Prova Específica da Superintendência de Seguros Privados: 24 de junho de 2009.

d) itens monetários em moeda estrangeira devem ser convertidos usando-se as taxas correntes.

30. Os itens que geram maior controvérsia na apresentação dos fluxos de caixa são os juros e dividendos. De acordo com o estabelecido pela NBC T 3.8, assinale a opção INCORRETA.

- a) Os fluxos de caixa referentes a juros, dividendos e juros sobre capital próprio recebidos e pagos devem ser apresentados separadamente. Cada um deles deve ser classificado de maneira uniforme de período a período, como decorrentes de atividades operacionais, de investimento ou de financiamento.
- b) O valor dos juros pagos durante o período é divulgado na demonstração dos fluxos de caixa apenas quando tenha sido reconhecido como despesa na demonstração do resultado.
- c) Os dividendos e os juros sobre o capital próprio pagos podem ser classificados como fluxo de caixa de financiamento porque são custos de obtenção de recursos financeiros.
- d) Os dividendos e os juros sobre o capital próprio pagos podem ser classificados como componentes dos fluxos de caixa das atividades operacionais, a fim de auxiliar os usuários a determinar a capacidade de a entidade pagar dividendos e juros sobre o capital próprio utilizando os fluxos de caixa operacionais.

31. Assinale a opção que identifique a condição em que, de acordo com o NBC T 19.8, um ativo não satisfaz o critério de identificação, controle e benefício econômico futuro, em termos de definição de um ativo intangível.

- a) For separável, ou seja, puder ser separado da entidade e vendido, transferido, licenciado, alugado ou trocado, individualmente ou junto com um contrato, ativo ou passivo relacionado, independente do uso pela entidade.
- b) Resultar de direitos contratuais ou outros direitos legais, independentemente de tais direitos serem transferíveis ou separáveis da entidade ou outros direitos e obrigações.
- c) For controlado pela entidade e se esta detiver o poder de obter benefícios econômicos futuros gerados pelo recurso subjacente e de restringir o acesso de terceiros a esses benefícios.
- d) For um ativo monetário não identificável sem substância física para diferenciá-lo do ágio derivado da expectativa de rentabilidade futura (*goodwill*).

32. De acordo com a NBC T 1, os elementos diretamente relacionados com a mensuração da posição patrimonial financeira são ativos, passivos e patrimônio líquido. Com relação a esse assunto, assinale a opção CORRETA:

- a) ativo é um recurso controlado pela entidade como resultado de eventos passados e do qual se espera que resultem futuros benefícios econômicos para a entidade; Passivo é uma obrigação presente da entidade, derivada de eventos já ocorridos, cuja liquidação se espera que resulte em saída de recursos capazes de gerar benefícios econômicos; Patrimônio Líquido é o valor residual dos ativos da entidade depois de deduzidos todos os seus passivos.
- b) receitas são diminuições de ativos e aumento de passivos nos benefícios econômicos durante o período contábil sob a forma de entrada de recursos, que resultam em aumentos do patrimônio líquido e que não sejam provenientes de aporte dos proprietários da entidade;
- c) despesas são acréscimos nos benefícios econômicos durante o período contábil sob a forma de saída de recursos ou aumento de ativos e diminuição de passivos, que resultam em decréscimo do patrimônio líquido e que não sejam provenientes de distribuição aos proprietários da entidade.



Prova Específica da Superintendência de Seguros Privados: 24 de junho de 2009.

- d) um item que se enquadre na definição de ativo e passivo deve ser reconhecido nas demonstrações contábeis somente quando o seu benefício econômico presente não venha a ser recebido ou possa ser medido em bases confiáveis.

33. Uma característica essencial para a existência de um passivo é que a entidade tenha uma obrigação presente, que é o dever ou responsabilidade de agir ou fazer de uma certa maneira, podendo ser legalmente exigida em consequência de um contrato. Uma obrigação presente se extingue de diversas maneiras. São exemplos de extinção de obrigações, EXCETO:

- a) prestação de serviços.
- b) liquidação com bem do Imobilizado.
- c) conversão da obrigação em ativos.
- d) aumento de capital com o crédito já existente.

34. Considerando as definições contidas no Glossário Técnico da Circular n.º 276 da SUSEP, que estabeleceu o questionário sobre riscos (entidades de previdência complementar), assinale a opção CORRETA que faz referência aos itens apresentados abaixo:

1) Regime Financeiro de Capitalização é o regime em que os recursos destinados ao custeio do plano são remunerados com taxas de juros ou tábua biométrica ou outro critério de rentabilidade, com o objetivo de garantir um benefício ao participante do plano.

2) Regime Financeiro de Repartição Simples é o regime em que as contribuições pagas por todos os participantes do plano, em um determinado período, deverão ser suficientes para suprir os benefícios relativos aos eventos ocorridos nesse período.

- a) Ambos estão corretos.
- b) Ambos estão errados.
- c) Só o primeiro está correto.
- d) Só o segundo está correto.

35. Riscos são medidas de incerteza enfrentados pelas entidades e é composto de riscos de mercado, de crédito legal, de subscrição e operacional, conforme previsto na Circular SUSEP n.º 276/04. Considere que uma empresa adquiriu um CDB, situação que a expõe a riscos de que a emissora não possa efetivar o pagamento previsto quando do vencimento do certificado. Este risco pode ser definido como de:

- a) subscrição.
- b) crédito.
- c) mercado.
- d) operacional.



Prova Específica da Superintendência de Seguros Privados: 24 de junho de 2009.

36. A Seguradora JAM apresenta as seguintes informações em suas demonstrações contábeis, condensadas em 31.12.2008. Identifique abaixo o valor do Patrimônio Líquido Ajustado – PLA de que trata a Resolução CNSP n.º 85/02:

Balanço Patrimonial

Ativo	318.831	Passivo + PL	318.831
Circulante	299.714	Circulante	209.584
Caixa e bancos	646	Obrigações a pagar	37.410
Aplicações financeiras	150.000	Débitos com seguradores	66.546
Créditos tributários decorrente de prejuízos fiscais	10.831		
Créditos de operações c/ seguros	137.439		
Despesas antecipadas não relacionadas a resseguros	182	Provisões técnicas	103.345
Despesas de comercialização diferidas	616	Provisão p/ tributos diferidos	2.283
Não circulante	19.117	Patrimônio Líquido	109.247
Investimentos financeiros	862	Capital Social	38.414
Investimentos em controladas de outras atividades	3.000	Aumento de Capital em aprovação	10.000
Imobilizado	2.806	Ajustes com valores mobiliários	10.270
Intangível – marcas e patentes	12.449	Reservas de lucros	50.563

- a) 82.785
- b) 84.467
- c) 84.285
- d) 96.734

37. A seguradora ABC, com patrimônio líquido em 31.12.2008 de R\$ 43.000.000 e lucro líquido do exercício de R\$ 10.000.000, apresentou em suas notas explicativas às demonstrações contábeis as seguintes informações: “Contingências - Contribuição Previdenciária sobre o pagamento a cooperativa de serviços médicos realizados a partir de julho de 2001. A administração da entidade e seus consultores jurídicos que a assessoram avaliam que a probabilidade de perda é “remota”. O processo está em tramitação no Tribunal Regional Federal. O valor atualizado dessa demanda em 31.12.2008 é de R\$ 35.000.000. Não foi constituída provisão tendo em vista a referida avaliação”. O parecer do auditor independente, considerando a existência de decisões conflitantes em instâncias superiores, deverá ser emitido:

- a) com ressalva na opinião.
- b) sem ressalva na opinião.
- c) adverso.
- d) sem ressalva na opinião e com parágrafo de ênfase.



Prova Específica da Superintendência de Seguros Privados: 24 de junho de 2009.

38. A Circular SUSEP n.º 357/07 dispõe sobre o processo de convergência às normas internacionais de contabilidade. A convergência às normas internacionais de contabilidade se relaciona com as normas promulgadas pelo(a):

- a) IASB – International Accounting Standards Board.
- b) IASC – International Accounting Standards Commission.
- c) FASB – Financial Accounting Standards Board.
- d) FASC – Financial Accounting Standards Commission.

39. A Resolução CNSP n.º 169/07 dispõe sobre o capital mínimo requerido para autorização e funcionamento dos resseguradores locais. Considerando esse assunto, assinale a opção INCORRETA.

- a) O capital base que um ressegurador local deverá manter, a qualquer momento, é igual a R\$ 60.000.000,00 (sessenta milhões de reais).
- b) O ressegurador local será considerado em estado de insolvência econômico-financeira, sendo automaticamente cassada a autorização para operação, quando a insuficiência de patrimônio líquido ajustado da sociedade for superior a 70% (setenta por cento) do capital mínimo requerido.
- c) Capital adicional é o montante fixo de capital que um ressegurador local deverá manter para poder garantir os riscos inerentes a sua operação.
- d) Os resseguradores locais deverão apresentar, quando do encerramento de seus balanços e de seus balancetes de março e setembro, patrimônio líquido ajustado maior ou igual ao capital mínimo requerido.

40. De acordo com a NBC T 17, a existência de transações, saldos e relacionamentos com partes relacionadas podem afetar as avaliações das operações da entidade por parte dos usuários de demonstrações contábeis, inclusive as avaliações de riscos e das oportunidades que se oferecem à entidade. Com relação a esse assunto, assinale a opção INCORRETA.

- a) Os relacionamentos entre controladora e controladas ou coligadas devem ser divulgados apenas quando tenham havido transações entre essas partes relacionadas.
- b) As divulgações de que as transações com partes relacionadas foram realizadas em termos equivalentes aos que prevalecem nas transações com partes independentes são feitas apenas se esses termos puderem ser efetivamente comprovados.
- c) Para quaisquer transações entre partes relacionadas, faz-se necessária a divulgação das condições em que as mesmas transações foram efetuadas. Transações atípicas com partes relacionadas após o encerramento do exercício ou do período também devem ser divulgadas.
- d) Os itens de natureza semelhante podem ser divulgados de forma agregada, exceto quando divulgações separadas forem necessárias para a compreensão dos efeitos das transações com partes relacionadas nas demonstrações contábeis da entidade.

41. O regulamento anexo à Resolução CNSP n.º 166/07, quando trata da estrutura de controle societário das sociedades seguradoras, de capitalização e entidades abertas de previdência complementar, define que as participações societárias diretas que impliquem controle das sociedades, podem ser detidas por pessoas físicas ou jurídicas. De acordo com esse assunto, assinale a opção INCORRETA.



Prova Específica da Superintendência de Seguros Privados: 24 de junho de 2009.

- a) Pessoas físicas.
- b) Entidades autorizadas a funcionar pela SUSEP.
- c) Pessoas jurídicas que tenham por objeto social a participação em outras sociedades, inclusive as autorizadas a funcionar pela SUSEP.
- d) Pessoas jurídicas que tenham por objeto exclusivo a participação em sociedades autorizadas a funcionar pela SUSEP e que adotem padrões de governança corporativa, na forma de legislação vigente.

42. De acordo com a NBC T 10.2, os arrendatários, ao cumprirem os requisitos de divulgação e apresentação, devem dispensar especial cuidado na contabilização da transação. Considerando esse assunto, assinale a opção INCORRETA.

- a) Um arrendamento mercantil financeiro dá origem a uma despesa de depreciação relativa aos ativos depreciables, assim como uma despesa financeira para cada período contábil.
- b) Os pagamentos mínimos do arrendamento mercantil devem ser segregados entre encargo financeiro e redução do passivo em aberto.
- c) Custos diretos iniciais, tais como de negociação ou garantia de acordos, são frequentemente incorridos em relação às atividades de arrendamento mercantil, portanto, devem ser adicionados ao ativo.
- d) É adequado para fins de apresentação que os passivos originados de ativos arrendados sejam apresentados nas demonstrações contábeis como dedução dos ativos arrendados.

43. O cálculo dos juros sobre Capital Próprio e o seu reconhecimento contábil é aplicável às sociedades seguradoras. Com relação a esse assunto, assinale a opção INCORRETA.

- a) Para efeito de elaboração das demonstrações mensais de resultados, o montante da despesa relativa ao pagamento de juros sobre o capital próprio deve ser objeto de ajuste.
- b) O ajuste dos pagamentos de juros sobre o capital próprio ocorre mediante reclassificação para Lucros ou Prejuízos Acumulados, de modo que seus efeitos sejam eliminados dos resultados mensais.
- c) O valor do ajuste deve ser apresentado na Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido do exercício como destinação do resultado.
- d) Os juros pagos ou creditados e os recebidos, referentes à remuneração sobre capital próprio, deverão ser compensados entre si e o saldo registrado no grupo de receitas ou despesas financeiras.

44. Com base nos dados abaixo, apure a variação do caixa e equivalentes de caixa que devem constar da Demonstração do Fluxo de Caixa.

Valores em R\$ mil

BALANÇO PATRIMONIAL	EXERCÍCIOS	
	2008	2007
ATIVO CIRCULANTE		



Prova Específica da Superintendência de Seguros Privados: 24 de junho de 2009.

Caixa	10.500	8.500
Aplicações no mercado aberto	110.000	90.000
Créditos tributários	20.000	15.000
Créditos das operações	550.000	350.000
Despesas antecipadas	10.000	5.000
TOTAL DO CIRCULANTE	700.500	468.500
PASSIVO CIRCULANTE		
Contas a pagar	100.000	80.000
Débitos de operações com seguros e resseguros	250.000	150.000
Débitos de operações com previdência complementar	50.000	30.000
TOTAL DO CIRCULANTE	400.000	260.000

- a) 32.000.
- b) 22.000.
- c) 92.000.
- d) 2.000.

45. Analise as assertivas abaixo e assinale a opção CORRETA.

- a) As demonstrações financeiras, nas datas-base de 30 de junho e 31 de dezembro, acompanhada das notas explicativas e do correspondente Parecer dos Auditores Independentes, deverão ser publicadas, respectivamente, até o dia 31 de agosto e o dia 28 de fevereiro de cada ano, observado o que dispõe a Lei das Sociedades por Ações.
- b) Em conformidade com o disposto no § 6.º do art. 202 da Lei n.º 6.404/76, com a redação que lhe foi dada pela Lei n.º 10.303/2001, os lucros do exercício não destinados nos termos dos arts. 193 a 197 daquele diploma legal deverão ser distribuídos como dividendos ou destinados para aumento de capital.
- c) As sociedades/entidades deverão elaborar e remeter à SUSEP, periodicamente, as informações contábeis requeridas no IAN-FIP.
- d) Semestralmente, até 30 de setembro e 31 de março, exemplares das publicações das demonstrações financeiras na imprensa, referentes às datas base 30 de junho e 31 de dezembro, respectivamente deverão ser encaminhadas à SUSEP.

46. As sociedades/entidades deverão divulgar, no Relatório da Administração, no mínimo, as seguintes informações:

- a) Política de reinvestimento de lucros e política de distribuição de dividendos; negócios sociais e principais fatos internos e/ou externos que tiveram influência na “performance” da sociedade/entidade e/ou no resultado do exercício; resumo dos acordos de acionistas; reformulações societárias: reorganizações societárias e/ou alterações de controle acionário direto ou indireto; perspectivas e planos da administração para o exercício seguinte; declaração sobre a capacidade financeira e a intenção de manter, até o vencimento, os títulos e valores mobiliários classificados na categoria “mantidos até o vencimento”.



Prova Específica da Superintendência de Seguros Privados: 24 de junho de 2009.

- b) O relatório de administração não constitui peça contábil, portanto é opcional a sua elaboração.
- c) O relatório de administração não constitui peça contábil, porém é obrigatória a sua elaboração, e as informações a serem divulgadas ficam ao critério da governança corporativa e do comitê de auditoria.
- d) O relatório da Administração é um veículo de divulgação, por escrito, para ser usado como ferramenta auxiliar na disseminação de quaisquer informações e exime a sociedade/entidades da divulgação de outras, ainda que relevantes.

47. Analise as assertivas abaixo e assinale a opção CORRETA.

- a) No caso em que o Plano de Aposentadorias e Pensões tenha sido constituído na modalidade de benefício definido, a nota explicativa deverá conter, além de outras informações, um sumário da posição patrimonial do plano, na data das demonstrações financeiras, incluindo: i) benefícios concedidos; ii) benefícios a conceder; iii) reservas a amortizar; iv) déficit ou superávit do plano; v) ativos do plano.
- b) No caso em que o plano tenha sido constituído na modalidade de benefício definido, a nota explicativa deverá conter, ainda, um sumário da posição patrimonial do plano, na data das demonstrações financeiras, incluindo: i) benefícios recebidos; ii) benefícios a receber; iii) reservas utilizadas; iv) passivos do plano.
- c) A escrituração dos registros auxiliares de contabilidade, com atraso, ou a escrituração processada em desacordo com as normas pertinentes, sujeita as sociedades/entidades e os seus diretores a multa diária de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) até a sua regularização e, no caso de reincidência e de dolo, à suspensão do registro da entidade na SUSEP, sem prejuízo das penalidades previstas na regulamentação própria.
- d) As recuperações de custos com emissão de apólices e os juros cobrados em virtude do parcelamento deverão ser contabilizadas como outras receitas não operacionais.

48. Analise as assertivas abaixo e assinale a opção CORRETA.

- a) Na sociedade/entidade cessionária: todos os direitos e obrigações recebidos em função da aquisição da carteira devem ser registrados em contas destacadas. O valor recebido em excesso ao saldo da Provisão de Prêmios não Ganhos deve ser considerado como prêmio de seguro, registrado como complemento da provisão, em subconta específica, e apropriado aos resultados no prazo restante do período de vigência das apólices.
- b) As operações de transferências de carteiras de seguros, resseguros, previdência complementar aberta e capitalização entre congêneres devem ser registradas com observância de critérios básicos. Na sociedade/entidade cessionária, os saldos ativos e passivos relativos aos contratos/apólices transferidos devem ser registrados em conta de compensação.
- c) Caso a sociedade cedente esteja obrigada, contratualmente, a proceder à cobrança das parcelas pendentes dos prêmios de seguros, deve primeiro baixar os ativos e os passivos e em seguida registrar os valores a receber dos segurados e os valores a repassar à sociedade cessionária em conta de compensação.
- d) Caso o valor recebido da congênere cedente seja inferior ao saldo da Provisão de Prêmios não Ganhos, essa diferença deve ser registrada no ativo circulante, em subconta distinta, e a contrapartida deve ser integralmente apropriada aos resultados, na data da operação, em conta específica.

49. Analise as assertivas abaixo e assinale a opção CORRETA.



Prova Específica da Superintendência de Seguros Privados: 24 de junho de 2009.

- a) Emissões Fora da Competência – As sociedades que emitirem faturas dos ramos elementares e vida em grupo, em antecipação ao período de cobertura do risco, deverão registrá-las nas contas de compensação – Faturas Emitidas Antecipadamente, no Ativo e no Passivo. Os prêmios recebidos de faturas emitidas antecipadamente serão registrados na conta de Prêmios e Emolumentos Recebidos.
- b) As sociedades que, por motivos operacionais, somente tiverem conhecimento do risco coberto após o decurso do período de cobertura, deverão registrar as receitas de prêmios e demais registros decorrentes quando tiverem certeza do valor do risco coberto.
- c) Os créditos tributários decorrentes de prejuízos fiscais de Imposto de Renda e bases negativas de cálculo da Contribuição Social sobre o Lucro e aqueles decorrentes de diferenças temporárias entre os critérios contábeis e fiscais de apuração de resultados não deverão ser registrados mesmo que sua recuperabilidade esteja baseada em estudo técnico e/ou Plano de negócio encaminhado à SUSEP.
- d) A Companhia por determinação da SUSEP deve assegurar, por meio do Release, a disseminação periódica e oportuna de relatórios financeiros, que deverão ser elaborados em conformidade com as regras adotadas no Brasil e em casos específicos, com as regras adotadas por outros países, bem como publicados e arquivados na forma e nos prazos estabelecidos na legislação.

50. No que tange a conceituação de Capital, de acordo com a NBC T 1, assinale a opção CORRETA.

- a) O conceito de capital varia de acordo com personalidade jurídica da Entidade. Exemplo: Empresa com ações em bolsa o conceito de capital esta baseado no financeiro, enquanto que nas empresas fechadas adota-se o conceito físico de capital.
- b) A seleção do conceito de capital apropriado para a entidade deve ser baseada nas necessidades dos usuários das demonstrações contábeis. Assim o conceito financeiro de capital deve ser adotado para aqueles usuários cuja preocupação é com a capacidade operacional da entidade.
- c) A seleção do conceito de capital apropriado para a entidade deve ser baseada nas necessidades dos usuários das demonstrações contábeis. Assim o conceito físico de capital deve ser adotado para aqueles usuários que estão interessados na manutenção do capital nominal investido.
- d) O conceito financeiro de capital é adotado pela maioria das entidades na preparação de suas demonstrações contábeis. De acordo com o conceito financeiro de capital, tal como o dinheiro investido ou o seu poder de compra investido, o capital é sinônimo de ativo líquido ou patrimônio líquido da entidade. Por outro lado, segundo o conceito físico de capital, o capital é considerado como a capacidade produtiva da entidade baseada, por exemplo, nas unidades de produção diária.

QUESTÕES DISSERTATIVAS

51. De acordo com a Circular SUSEP n.º 380/2008, as sociedades, os resseguradores e os corretores devem desenvolver e implementar, procedimentos e controles internos que contemplem a identificação, avaliação, controle e monitoramento dos riscos a serem envolvidos em situações relacionadas à lavagem de dinheiro. Discorra sobre os procedimentos de controles internos mínimos a serem contemplados.



Prova Específica da Superintendência de Seguros Privados: 24 de junho de 2009.

52. De acordo com a Resolução CNSP n.º 118/04, existem sociedades supervisionadas que de acordo com o seu Patrimônio Líquido Ajustado e montante das Provisões Técnicas devem constituir órgão estatutário denominado “Comitê de Auditoria”. Discorra sobre as atribuições deste Comitê.